

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO/(LATO SENSU) DE UMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE ENSINO EM ARACAJU/SE

Carlos Alberto Vasconcelos¹
Marta Cristina Vieira Farias²

1

RESUMO

A relevância das questões sócio-ambientais tem conduzido a necessidade de se encontrar formas eficientes de dirimir os conflitos advindos das mesmas e a sua compreensão pressupõe um trabalho interdisciplinar, pois a análise abrange a necessidade de conhecimento político, histórico, econômico, ecológico, geográfico e outros. Não seria possível, portanto, compreendê-las e explicá-las sob o olhar de uma única ciência, daí a importância da proposição de cursos que procuram capacitar profissionais oriundos de diversos segmentos da sociedade, quer sejam docentes ou técnicos. Nesta perspectiva, a educação ambiental por possuir caráter integrativo, transformador, participativo e permanente, dentre outros, tem sido empregada como ferramenta capaz de incentivar a mudança de atitudes e comportamentos dos homens para com os homens e também para com os demais componentes do ambiente que os cercam. A prática da Educação Ambiental envolve tanto ações desenvolvidas no âmbito dos currículos das instituições de ensino, do infantil à pós-graduação quanto aquelas práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais, sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Buscando atender a demanda de técnicos e profissionais de educação e de outras áreas profissionais, oriundos da rede pública e privada, uma instituição de ensino superior de Aracaju oferece o curso de Especialização em Educação Ambiental, dando oportunidade para discussão e desvelamento das questões sócio-ambientais que os cercam e proposição de soluções para os mesmos.

¹ Pedagogo, Geógrafo, M.Sc e Doutorando em Geografia/UFS. geopedagogia@yahoo.com.br

² Bióloga, MSc.; Departamento de Biologia/UFS. mcvfarias@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A relação homem-natureza e dos grupos sociais entre si, bem como a forma de apropriação dos recursos naturais, são fatores determinantes do estado atual do meio ambiente e da qualidade de vida da sociedade. Nesta ótica, a educação ambiental tem diante de si um desafio permanente em oportunizar o aprimoramento dessas inter-relações. A sociedade se apropria da natureza e este processo traz reflexo social, cultural, histórico e econômico. É neste contexto que buscamos descrever a dimensão dos desafios do dia-a-dia daqueles que fazem educação ambiental (LEÃO, 2007).

As preocupações com as questões ambientais que afligem nosso planeta começaram a ter certa expressão no Brasil a partir da realização da Conferência Rio 92, quando foram agendadas discussões para enfrentamento da crise ecológica. De forma relutante, as nações ricas e industrializadas viram-se diante da explanação, dos representantes da maioria dos países pobres, de que os problemas sócio-ambientais não podem ser dissociados dos problemas do desenvolvimento.

Para os países periféricos, a degradação ambiental está vinculada à pobreza e à escassez de oportunidades, dentre as quais, poderemos aglutinar a carência educacional dos povos (CDMAALAC, 1993).

A compreensão das questões ambientais pressupõe um trabalho interdisciplinar. A sua análise envolvem outras de caráter político, histórico, econômico, ecológico, geográfico. Portanto, não é possível compreendê-los e explicá-los pelo olhar de uma única ciência, daí a importância da proposição de cursos que procurem formar profissionais oriundos de diversos segmentos da sociedade, quer sejam docentes ou técnicos.

A questão ambiental está se tornando um tema relevante e precisa ser discutido por toda a sociedade. Diante dessa realidade, torna-se fundamental o papel do professor como formador de opinião. De acordo com Lemos et al. (1997, p. 2): “Os formadores de opinião têm a função de coletar, transmitir informações e esclarecer a população sobre assuntos relevantes para a sociedade como um todo”, sendo a questão ambiental um dos temas que devem fazer parte de suas atenções.

No ano de 1977 em Tbilisi, capital da Geórgia, a ONU através de seu Programa para o Meio Ambiente (PNUMA) juntamente com a UNESCO, realizou a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, considerada referência internacional para a formulação de atividades de Educação Ambiental.

De acordo com DIAS (2004, p. 109), com base na Conferência de Tbilisi, as finalidades da Educação Ambiental são: Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica; Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente e induzir novas formas de conduta, nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente.

A Lei 9795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, considera como princípios básicos da educação ambiental: enfoque humanista e participativo; concepção do ambiente na sua totalidade; pluralidade de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva de inter, multi e transdisciplinaridade; vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; garantia de continuidade e permanência do processo educativo; abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; reconhecimento e respeito à pluralidade e a diversidade individual e cultural.

É necessária, então, a existência de cursos com temáticas voltadas para as questões que afligem o meio sócio-ambiental no sentido de sensibilizar a população para preservação e conservação dos recursos naturais, obtendo resultados eficazes no que diz respeito à qualidade de vida e ambiente equilibrado para as futuras gerações.

2 PRÁTICA, CONHECIMENTO E FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Todas as recomendações, decisões e tratados internacionais sobre as questões sócio-ambientais evidenciam a importância da Educação Ambiental como meio indispensável para conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade/natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para isso.

A Educação Ambiental, como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas. Sem impor limites para seus estudantes, tem caráter de educação permanente. Ela, por si só, não resolverá os complexos problemas ambientais planetários, mas pode influir decididamente para isso, ao formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres (REIGOTA, 1996).

A Lei 9795/1999, em seu artigo 9º, refere-se à prática da Educação Ambiental

no ensino formal, àquela desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando todos os níveis, do ensino infantil a pós-graduação. Com relação à prática da Educação Ambiental não-formal, a referida Lei em seu artigo 13, refere-se às ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações são exemplos de aprendizagem que podem ocorrer na escola.

Para que o processo educativo atinja tais finalidades, constituindo-se a escola uma instituição inclusiva e conscientizadora, torna-se importante analisar a prática de seus atores buscando alternativas para seu redimensionamento.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, numa relação de transversalidade, de modo que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas.

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente.

Essa adequação pressupõe um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, para haver explicitação dos valores que se quer transmitir e coerência entre estes e os experimentados na vivência escolar, buscando desenvolver a capacidade de todos para intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade.

É interessante, ainda, que se destaque o ambiente como parte do contexto geral das relações ser humano/ser humano e ser humano/natureza, em todas as áreas de

ensino, na abordagem dos diferentes conteúdos: seja no estudo das variadas formas de organização social e cultural, com seus mais diversos conflitos, ou no trabalho com as várias formas de comunicação, expressão e interação, seja no estudo dos fenômenos e características da natureza ou na discussão das tecnologias que mediam as várias dimensões.

As práticas de educação ambiental informal estão sendo inseridas na sociedade, através de programas ou projetos desenvolvidos na escola por meio de ações implantadas pelos professores junto às suas turmas, através de programas desenvolvidos por empresas, organizações não governamentais e instituições ligadas ao poder público seja na esfera municipal, estadual ou federal, ou ainda, de forma menos percebida, através de organização de grupos ou comunidades (FIGUEIRÔA, 2004).

Nesse cenário o papel do professor é de suma importância, pois é ele que tem a proximidade e oportunidade de conscientizar os alunos. Para tanto, esse profissional deve deter conhecimentos pertinentes à teoria e à prática em Educação Ambiental, estimulando o educando a conscientização no tocante às questões ambientais e formação de atitudes.

Para contemplar as demandas e a pluralidade cultural que compõem a realidade brasileira, a temática ambiental elege conteúdos e instrumentos que possibilitam aos alunos se posicionarem em relação às questões ambientais. Daí, a necessidade do currículo dos cursos de formação de professores imbuir a tarefa de determinar, a partir de seu objeto de trabalho, o conjunto de situações-problemas que surgem e surgirão com mais frequência na prática do futuro docente.

Para REIGOTA (1995, p. 10-11), deve-se partir do princípio de que a Educação Ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia. Trata-se de uma educação que visa não só à utilização racional dos recursos naturais, mas basicamente à participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.

Diante desse contexto, surgem em Sergipe cursos voltados para atender as demandas profissionais. Tratando-se especificamente do Curso de Especialização em Educação Ambiental proposto pela Faculdade Atlântico, cujo objetivo principal é teorizar sobre a temática, apontando maneiras que conduzam a conscientização, reflexão e implementação de ações que finalizem nos objetivos propostos pelos documentos

legais pertinentes e necessidades globais no tocante ao entendimento dos problemas sócio-ambientais, especialmente os locais.

É mister salientar que o Curso de Especialização em Educação Ambiental da Faculdade Atlântico iniciou suas atividades em agosto de 2006. Sua estrutura curricular abrange uma carga horária de 360 horas, que inclui a realização de 11 disciplinas e elaboração de monografia, conforme demonstra o quadro 1.

QUADRO 1 - Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Educação Ambiental da Faculdade Atlântico.

DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
Sociedade, Natureza e Cultura	02	20
Teorias em Educação Ambiental	03	30
Condicionantes Ambientais e Naturais	05	50
Metodologia do Trabalho e da Pesquisa Científica	04	40
Condicionantes Sócio-econômicos e Políticos	03	30
Legislação Ambiental	02	20
Didática Aplicada à Educação Ambiental	04	40
Estrutura e Funcionamento da Educação Ambiental	02	20
Práticas e Dinâmicas em Educação Ambiental	05	50
Saúde e Meio Ambiente	02	20
Seminários de Temas Específicos	04	40
Saúde e Meio Ambiente	02	20
Seminários de Temas Específicos	04	40
Monografia	–	–
Total	36	360

Percebe-se que se propôs um currículo interdisciplinar, integrador, que abranja as diversas áreas do conhecimento, visando atender a necessidade da sociedade atual que convive com modificações que ocorrem numa velocidade impressionante concorrendo para mudanças no mundo do trabalho, o avanço da ciência e da tecnologia.

Nesta perspectiva um currículo como ferramenta, conjunto de estratégias que a educação tem para atingir suas metas maiores, no caso a formação de alunos capazes de viver seus atributos de cidadão e, professores capazes de lidar com situações e propostas de preservação e conservação do ambiente sócio-ambiental, conduzindo-os à conscientização e melhoria na qualidade de vida.

O currículo escolar não constitui somente um rol de disciplinas e conteúdos, mas numa concepção mais abrangente o conjunto de vivências que contemplem as experiências dos educandos (realidade e cotidiano). Essa constitui uma concepção de currículo mais abrangente, segundo colocações de Burnham (1993, p. 39) que entende,

como processo social, que se realiza no espaço concreto escola, com o papel de dar àqueles sujeitos que aí interagem, acesso à diferentes referenciais de leitura e relacionamento com o mundo, proporcionando-lhes não apenas um lastro de conhecimentos e de outras vivências que contribuam para sua inserção no processo da história, como sujeito do fazer dessa história, mas também para a sua construção como sujeito (quicá autônomo) que participa ativamente do processo de construção e de socialização do conhecimento e, assim, da instituição histórico-social de sua sociedade....

Ou ainda como assinala Grundy citado por Pacheco (2001, p. 18), que o conceito de currículo não é limitado e acabado, mas em constante construção.

O currículo não é, no entanto, um conceito; é uma construção cultural, isto é, não é um conceito abstrato que possui alguma existência exterior e alguma experiência humana. Pelo contrário, é um modo de organizar um conjunto de práticas educacionais humanas.

É interessante ressaltar que o referido Curso, já se encontra na décima turma e sua especialização alcança diversos municípios sergipanos e até outros Estados limítrofes. Analisando-se o perfil dos alunos da primeira turma, os quais se encontram em fase de conclusão dos trabalhos monográficos tem-se que:

A maioria dos discentes desta turma tem formação em Licenciatura, especialmente em Ciências Biológicas e Geografia, áreas historicamente mais ligadas às questões ambientais. Muitos são pedagogos, que exercem atividades nas séries iniciais do ensino fundamental. Entretanto, há também alguns bacharéis que exercem suas atividades laborativas como técnicos em instituições públicas e privadas, como escolas, hospitais e postos de saúde. No quadro seguinte, pode-se comprovar a formação dos ingressos/concluintes.

Quadro 2. Formação dos integrantes da primeira turma do Curso de Especialização em Educação Ambiental da Faculdade Atlântico.

Formação	No. de alunos
Licenciatura e/ou Bacharelado em Geografia	12
Licenciatura e/ou Bacharelado em Ciências Biológicas	14
Licenciatura em Pedagogia	14
Licenciatura em Química	02
Bacharelado em Serviço Social	02
Bacharelado e Licenciatura em Psicologia	01
Total	45

Com relação à abrangência geográfica do curso, os discentes são originários, em sua maioria, de Aracaju, mas também de outras cidades, a exemplo de: Tobias Barreto, Riachão do Dantas, Barra dos Coqueiros, Riachuelo, Cristinápolis, Malhador, Nossa Senhora da Glória, Aquidabã e São Cristóvão.

A maioria desempenha suas atividades profissionais em escolas públicas das redes municipais e estaduais de ensino, em instituições particulares de ensino fundamental e superior, em postos de saúde e hospitais, sendo que quatro destes já possuem outra formação em nível Lato Sensu.

No tocante as monografias já concluídas, dez até o momento, demonstram diversidades temáticas em sua construção, desde questões de educação ambiental formal, como a sua prática no contexto escolar, até questões mais amplas, tais como percepção de agravos ambientais, participação comunitária com relação as questões ambientais (poluição hídrica e destinação de resíduos sólidos), utilização de recursos naturais pela população e preservação de ecossistemas, como pode-se observar no quadro 3.

Quadro 3. Monografias defendidas por alunos da 1ª turma de Especialização em Educação Ambiental da Faculdade Atlântico.

TÍTULOS DAS MONOGRAFIAS DEFENDIDAS
Poluição sonora: percepção da população aracajuana.
Educação ambiental: concepções e práticas dos professores do 3º. e 4º. ciclos do ensino fundamental no município de Tobias Barreto/SE.
A educação ambiental no contexto escolar.
Educação ambiental: uma reflexão sobre a prática educativa na escola pública.
Meio ambiente e participação comunitária: um exercício de cidadania na sub-bacia do rio do Sal, município de Nossa Senhora do Socorro/SE.
Resíduos sólidos: um estudo de caso no programa Saúde da Família no município de Aracaju.
Plantas medicinais: cultura popular e educação ambiental no conjunto Bugio, Aracaju/SE.
Práticas de Educação Ambiental no colégio Estadual Manoel Messias Feitosa, em Nossa Senhora da Glória/SE.
Educação Ambiental como instrumento de preservação do “Manguezal do Goré”, Barra dos Coqueiros/SE.
A Educação como instrumento para a coleta seletivo do lixo

É relevante citar, que o corpo docente é formado por mestres, doutorandos e doutores com conhecimentos pertinentes as áreas/disciplinas ministradas. Tentando-se introduzir uma visão interdisciplinar e sistêmica das questões ambientais e educacionais ao longo dos 14 meses de curso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma ideal perspectiva de formação de professores deve incorporar dentre outros fatores, uma proposta que altera a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica, voltada para transmissão de conhecimentos sobre ecologia, e sim, uma educação que vise, não só à utilização racional dos recursos naturais, mas basicamente à participação dos cidadãos nos embates e decisões sobre a questão em pauta em escala local, regional e global.

Pautando-se nesta concepção, é que se desenvolve o curso de Especialização em Educação Ambiental da Faculdade Atlântico, induzindo seus integrantes, a investigar e analisar como a Educação Ambiental é importante para dirimir e entender questões

diversas, ligadas especificamente ao sócio-ambiental, bem como trabalhar múltiplas práticas que não se reduzam unicamente a prática de ensino, mas também, a ações de ordem política, administrativa, de supervisão, de produção de meios, de avaliação etc...

Ante esse desafio, a educação passa a adquirir novos significados no processo de construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras. Esta é uma exigência indispensável para a compreensão do binômio “local-global” e para a preservação e conservação dos recursos naturais e socioculturais, patrimônios da humanidade (MEDINA, 1996).

A informação, a aquisição de conhecimento e a integração de esforços são condições *sine qua non* para avançar na construção dessa sociedade. Por isso é necessário perguntar-nos, hoje: Quais são os conceitos centrais com os quais nos deparamos e cuja compreensão é imprescindível para cumprirmos efetivamente a nossa tarefa como educadores responsáveis pela formação das gerações que viverão no próximo século?

Por fim, cabe aos governos investir na educação ambiental, sendo necessário para tal propósito atualizar e aperfeiçoar professores nessa área e criar curso de licenciatura para formação desses agentes educadores e/ou inserir, no currículo dos cursos de formação de professores, disciplinas que trabalhem de forma mais intensiva e afetiva as questões ambientais, tendo em vista que a educação ambiental deve ser tratada de forma interdisciplinar e transdisciplinar, perpassando por todas as áreas do conhecimento com devida importância e destaque e, até mesmo ultrapassar ou extrapolar as barreiras, muros da escola para envolver, além da comunidade escolar a comunidade local, e quem sabe global?

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no. 9795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm >. Acesso em 05 de outubro de 2008.

11

BURNHAM, T. F. Complexidade, multireferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In: **Em Aberto**, Brasília, INEP, ano 12, n.58, abr/jun. 1993.

CAMPOS, M. M. F. **Educação ambiental e paradigmas de interpretação da realidade: tendências reveladas.** Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** 2. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 3. ed., São Paulo: Gaia, 1994.

FAZENDA, I. C. A e SEVERINO, A. J. (Org). **Formação docente: rupturas e possibilidades.** Campinas/SP: Papyrus, 2002 (Série Cidade Universitária).

FIGUEIRÔA, F. C. **Educação ambiental: análise dos programas veiculados na TV escola.** Aracaju, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LEÃO, Ana Lucia Carneiro. Educação Ambiental: **um** desafio conquistado dia a dia. **Revista Educação Ambiental em Ação**, nº. 1, ano 1. Junho-Agosto, 2002. < www.revistaea.org/artigo > . Acesso em 24/10/2007.

LEMONS et al. **O perfil dos formadores de opinião relacionados às questões ambientais: o caso de duas empresas brasileiras de mídia impressa.** In: Anais do VII Seminário Latino-americano de Gestión Tecnológica. Havana, Cuba, 27-29 de out. 1997.

MEDINA, N. M. **A construção do conhecimento.** Brasília: IBAMA, Série meio Ambiente em debate. 1996.

_____. Formação de multiplicadores para educação ambiental. Anais do Seminário UNESCO/MEC, **Cadernos de educação ambiental**, Brasília, 1998.

PACHECO, J. A. **O pensamento e a ação do professor.** Porto: Porto Editora, 1995 (Coleção Escola e Saberes).

_____. **Currículo: teoria e práxis**. 2^a ed., Porto: Porto Editora, 2001 (Coleção Ciências da Educação, 22).

PROMEDLAC V - Projeto Principal de Educação na América Latina e no Caribe, 1993.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995 (Questões da nossa época, 41).

_____. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos, 292).